

Horácio Rolim de Freitas. *Princípios de Morfologia*, Rio de Janeiro, Presença, 1991, 157 pp.

Este livro, de Horácio Rolim de Freitas, professor na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), chega à 3ª ed. (a 1ª foi de 1979), o que demonstra a sua boa aceitação. O tema que versa, Morfologia da Língua Portuguesa, ainda apresenta aspectos bastante controversos. Tal praticamente não se dava no tratamento como vinha sendo feito pela gramática tradicional; apenas algumas variações na apresentação da matéria por este ou aquele autor. Quando, porém, a corrente estruturalista promoveu a renovação do capítulo (o que se deve, entre nós, reconhecidamente, à atuação do saudoso lingüista Mattoso Câmara Jr.), algumas divergências metodológicas e mesmo doutrinárias entraram a surgir. Daí ensinamentos nem sempre compatíveis entre autores. O Prof. Rolim de Freitas avisadamente houve por bem fazer preceder a parte descritiva do seu livro de alguns capítulos de ordem teórica, onde se ocupa com determinados "aspectos básicos da Morfologia", tais como "conceito de morfema", "o sintagma", "a palavra".

No tocante ao conceito de morfema, talvez pudesse o Prof. Rolim de Freitas ter reduzido a sua apreciação crítica às posições de Vendryes, principal responsável pela difusão do termo em nossos meios.

Assenta o A., a sua análise, como seria de esperar, numa visão sincrônica dos fatos da linguagem. Isso, porém, não significa que o A. tenha do fenômeno **língua** um conceito estático; ao contrário, sabe que as línguas estão em contínuas transformações, são um perpétuo mobile. **Sincronia** e **diacronia** constituem duas perspectivas de estudo das línguas históricas e não duas realidades temporalizadas. Mas a diacronia pode ser estudada de duas maneiras: ou internamente, como comparação de dois estados lingüísticos sucessivos (é a diacronia propriamente dita, cremos até que no próprio conceito saussuriano) e externamente, como função da cultura, de que é parte integrante. Deste ponto de vista, preferimos falar em Lingüística Diacrônica (interna) e Lingüística Histórica (externa). Lembro também que era na *parole* que Saussure colocava "le siège de tous les changements de langue" <sup>1</sup> (p. 323 do *Cours*, 1931, Index).

Quanto à ocorrência do termo "estrutura", se é verdade que S. não o usou no sentido em que hoje a Lingüística o emprega, aparece entretanto, com valor morfológico (v. p. ex., a p. 244 do *Cours*, 1931).

No respeitante à repercussão da obra do mestre de Genebra, o nome de Bloomfield tem ares de um estranho no ninho. Sabidamente, em seu livro de 1933, *Language*, Bloomfield só se refere ao lingüista suíço em breves linhas do primeiro capítulo (The study of language) e não inclui o *Cours* em sua extensa bibliografia, apesar de ter feito da 2ª ed. do livro (1922) uma recensão. Demais a orientação dos dois trabalhos é divergente em seus fundamentos epistemológicos: Bloomfield é tenazmente antimentalista, ao passo que Saussure é sóciopsicologista.

Mais algumas observações, sempre marginais, pois não dizem respeito ao conteúdo central da obra.

Na p. 31 se diz que Aristóteles distribuía as palavras em **categoremáticas** e **sincategoremáticas**. Na verdade esses termos pertencem a Pedro Hispano (séc. XIII), segundo lição de Dinneen (*An Introduction*, 1967: 135). Hispano claramente inspirou-se em Aristóteles, que, a exemplo de Platão, desmembrou o **lógos** em **ónoma** e **rhema**,

palavras de significação plena que compõem, o pensamento, às quais juntou posteriormente os *syndesmói*, palavras que só tem valor interrelacional dentro da frase.

Na p.32, fala-se em valores lingüísticos que seriam imanentes aos morfemas. Eu sugeriria a substituição de "imanentes" por "inerentes".

Na p.37, ao tratar de formas aglutinadas, reporta-se o A. ao termo **vinicultura**, que diz atestado por Morais na 8ª ed. do seu Dicionário (em nota se vê que a afirmação é apud José Pedro Machado).

Do Dicionário de Morais fizeram-se três edições em vida do autor, mas a terceira escapou-se-lhe das vistas, pois andava o denodado lexicógrafo enfiado pelo sertão de Pernambuco, a ler e conferir autores capitais da língua portuguesa. Por isso é a 2ª ed. do Morais considerada a melhor. Não pensa exatamente assim o Prof. Gladstone Chaves de Melo que, em seu prestimoso opúsculo *Dicionários Portugueses*, 1947, põe estas palavras:

Tenho como a melhor esta quarta edição do Morais, de 1831, dado que reúne o material colhido pelo autor até o fim da vida e dado que foi feita com critério e carinho por Teotônio Velho. À quarta outras se seguiram, que se desviaram do plano primitivo e já não se recomendam pelo cuidado dos editores, sendo, porém, de notar que a sétima, de 1877, é bastante apreciada (p.15).

Devo dizer que o *Dicionário Etimológico Nova Fronteira*, de A. G. Cunha, data de 1881 a entrada na língua do termo **vinicultura**, o qual, portanto, Antônio de Morais Silva, falecido em 1824, não poderia ter agasalhado.

A noção de "morfema zero" parece-me andar confusa entre os mestres estruturalistas. Horácio Rolim, creio que com toda razão, objeta contra a interpretação de M. C. Jr. de que em **mar**, sing., em oposição a **mares**, pl., houve supressão do morfema desinencial (seria, pois, um exemplo de morfema subtrativo). Vai buscar apoio a Nida, que vê em casos como **sheep**, **trout**, **salmon**, **grouse**, formas indiferentemente usadas como singular ou plural, manifestações de morfema zero. Haveria similaridade com os anoxítonos portugueses **lâpis**, **pires**, **ourives**, entre outros.

Não vejo as coisas exatamente assim. **Pires**, **ourives**, etc. são nomes desprovidos de morfemas, são **amorfemáticos**. Morfema zero só existe quando há oposição entre um sim (+) e um não (-). P.ex., o sing. **mar** em oposição ao pl. **mares**, se caracteriza pela marca zero. Mas o mesmo não se poderá dizer de **pires**, cujo sing. só se distingue do pl. por um processo sintático (a concordância), caso não se queira apelar para a estratégia de um morfema vocabular (o pires ~ os pires).

O Prof. Rolim de Freitas não admite que em casos como **aduzir**, **conduzir**, **deduzir**, **induzir**, **introduzir**, **produzir**, **reduzir**, **seduzir**, **traduzir** haja prefixação. A razão nos dá nas seguintes palavras:

Não constituem prefixos os segmentos que aparecem no início de vocábulos tais como os abaixo descritos, pois o elemento a que estão unidos não lhe serve de núcleo por não ter existência livre na frase atual da língua (p.122).

Apresenta, pois, uma razão de ordem sincrônica ("na fase atual da língua") e outra de caráter sintagmático ("forma livre"). Em relação ao primeiro ponto, notemos a relatividade do conceito "fase atual", pois tal sentimento depende do nível cultural do sujeito falante. O próprio A. a isso se refere com muita pertinência no importante capítulo "Consciência lingüística do sujeito-falante":

Obviamente, esses "hábitos" irão variar de acordo com o potencial que forme o acervo lingüístico do indivíduo. Esse acervo dependerá do ambiente sócio-cultural do receptor. Para uns, por exemplo, haverá consciência de que palavras como: corrimão, pas-satempo, se compõem dos elementos: correr / mão; passar / tempo. Para outros, carentes de linguagem adquirida, não existirá consciência dos componentes de palavras de formação erudita, como: frutífero, lanífero, etc. (p.67-68).

E ser ou não o radical forma livre não me parece condição *sine qua*. Por que não poderá uma palavra (**introduzir**, p.ex.), ser constituída apenas de formas presas? Desde que haja uma série vocabular passível da técnica da comutação (como em **conduzir**, **produzir**, **reduzir**... da qual se pode deprender a base semântica **-duzir**, e, de outro lado, formações como **intrometer**, **introduzir**, que permitem a depreensão do elemento prefixal **intro-**), não vemos por que impugnar o processo da composição. Poderíamos até com Trnka falar em "base virtual" (p.61). Não custa lembrar que o nunca esquecido Mattoso Câmara Jr., em seu excelente *Dicionário de Filologia e Gramática*, verbete **PREFIXO**, considera três casos de análise descritiva na depreensão dos prefixos, o terceiro dos quais é o seguinte: "quando esse radical só é forma presa, mas constitui a base de duas palavras, pelo menos, com prefixos distintos (ex.: **colisão**, **elisão**)". É, de certo modo, assunto para rever.

A definição de palavra se vem demonstrando questão inextricável. Salientemos apenas que a palavra enquanto unidade lingüística não pode ser desterrada pelos teorizadores. O próprio Saussure não a afastou de plano. Chegou mesmo a dizer (pelo menos é o que se lê no *Cours*):

Il faudrait chercher sur quoi se fonde la division en mots – car le mot, malgré la difficulté qu'on a à le définir, est une unité qui s'impose à l'esprit, quelque chose de central dans le mécanisme de la langue; (1931: 154).

Maurice Pergnier, em seu estimulante livrinho *Le mot*, 1986, declara, nas últimas páginas:

Les considérations morphologiques et syntaxiques qui précèdent n'épuisent pas les raisons qui militent en faveur de la reconnaissance du mot comme unité de base de la grammaire, de préférence au sème<sup>2</sup> ou au syntagme. (111).

Talvez o melhor seja voltar à definição clássica de Meillet:

Un mot est défini par l'association d'un sens donné à un ensemble donné de sons susceptible d'un emploi grammatical donné. (*Linguistique Historique et Générale*, I, 1926: 30).

Na p.91, aludindo ao famoso diálogo **Crátilo**, de Platão, diz o A. justamente que o personagem Crátilo, que deu o nome ao diálogo, defendia o princípio da **physei** contra Hermógenes, partidário da **thései**. Mas acrescenta que "Sócrates, personagem do diálogo, corrobora a idéia de Crátilo", o que só em parte é exato, pois, na segunda parte do diálogo, Sócrates assume a posição de Hermógenes contra Crátilo, o que torna enigmática a sua atitude em face da contenda.

Na p.96, apresenta o A. como **-ia-** o suf. modo-temporal do pret. imperfeito do ind. dos verbos da 2ª e 3ª conj., acompanhando a análise de Mattoso Câmara Jr. Vê esse seu ponto de vista reforçado com a justificativa do pranteado lingüista patricio, exarada em *História e estrutura da língua portuguesa*, n.27 da p.148, nestes termos (cito apud): "Seria uma análise falsa considerar **-i** a vogal do tema e SMT a vogal **-a** porque os dois tempos passariam a se distinguir não pelo seu SMT mas pela presença ou ausência da vogal do tema" (nota 4).

Contra isso, objeto:

a) Essa justificativa só se aplica aos verbos da 2ª e 3ª conj., porque, na 1ª conj., o SMT é **va**.

b) **i** é realmente a VT, pois, se na 3ª conj. seria possível considerar a existência de crase: **parti ia > partiia** (partia), o mesmo não ocorre na 2ª conj., onde o que temos é **deve a > devia**, alteração morfonêmica normal (cfr. os verbos em **-ear, iar**).

c) Não há impedimento para que a caracterização temporal se faça por processo outro que o do SMT. O pret. perf. do ind. e o presente do mesmo modo, p.ex., ambos contêm um SMT zero; passam então a distinguir-se pelas desinências pessoais, que o pret. perf. as tem exclusivas. Cfr. **ama-s** e **ama-ste**.

d) Essa análise impede que se aproximem coisas diferentes. Assim, no verbo **ver**, existe alternância vocálica no radical, o que opõe o tema do presente (**VE-**) ao tema do pretérito (**VI-**), de onde os chamados verbos irregulares fortes. Obviamente essa alternância não se dá no pret. impf. ind. (tema do presente), onde o que houve foi alomorfia foneticamente condicionada.

Aliás, cumpre fazer distinção entre morfema cumulativo essencial e morfema cumulativo accidental. O primeiro é aquele que é por natureza, por assim dizer, cumulativo. É o caso, p. ex., da flexão verbal **-mos** que necessariamente indica a 1ª pess. (categoria da pessoa) do plural (categoria do número), ou o dos casos latinos, onde se acumulam o gênero, o número e a função gramatical. O mesmo, porém, não se dá com as desinências número-pessoais (não são modo-temporais) do pret. perf. do ind. que, por falta de sufixo modo-temporal, passam a caracterizar o tempo e o modo. Do mesmo passo, é o radical atemático do presente do subjuntivo que, em virtude da identidade do sufixo modo-temporal nos verbos de 2ª e 3ª conj., passa a caracterizar esse tempo.

Outras pequenas observações poderiam ser feitas, como a relativa à derivação regressiva, mas preferimos deter-nos aqui, a fim de dar do livro uma visão mais global.

Compõe-se o trabalho de três apartados: uma Introdução (Visão sincrônica; Caráter metodológico e simplificação do ensino da língua), uma Parte I (Aspectos

básicos de Morfologia: Conceito de morfema; Conc. de Vendryes, C. de Nida; C. de Mattoso Câmara; C. de Adrados; C. de Pottier; C. de Henri Frei; C. de Martinet), Tipos de morfema, O sintagma, A consciência lingüística do sujeito-falante, A palavra, e uma Parte II constante de cinco capítulos (número igual aos da Parte I), dedicados a Flexão e Derivação, a saber: Critérios de Varrão, Supletivismo, O grau dos substantivos e adjetivos, A derivação, A chamada derivação regressiva. Seguem-se Notas Complementares, Redução de palavras, Referências bibliográficas e Bibliografia.

Como dissemos de início, o Prof. Rolim de Freitas não se limitou ao aspecto puramente descritivo, mas procurou discutir e fundamentar a posição assumida. De leituras de quem sabe que é a teoria que orienta a prática; foi buscar inspiração em autores que puseram a Lingüística Geral em novas bases, tais como (inevitavelmente) Saussure, Trubetzkoy, Trnka, Hjelmslev, Jakobson, Martinet, Pottier, entre outros (noto, de passagem, que, na Bibliografia, o prenome de Henri Frei aparece escrito com y). Isso revela um autor que não se satisfaz com mera compilação, mas quer deixar em seu texto a marca de reflexões aturadas e pertinentes. A linguagem é clara, como convém numa obra didática, e o plano do livro revela visão segura e coerente do tema tratado. Justifica-se, portanto, o êxito de um trabalho como este, já em 3ª edição, coisa rara entre nós. Destinando-se particularmente a professores e alunos de cursos superiores de Letras, o compêndio cumpre exemplarmente as suas finalidades. As ligeiras observações que aqui deixamos, fizemo-las na esperança de que possam vir a ser de algum proveito em próxima edição.

## NOTAS

1. "Enfin, c'est la parole qui fait évoluer la langue; ce sont les impressions reçues en entendant les autres qui modifient nos habitudes linguistiques. Il y a donc interdépendance de la langue et de la parole; celle-là est à la foi l'instrument et le produit de celle-ci." (*Cours*, 1931: 37)
2. O A. usa **sema** no sentido que Martinet dá a **monema**.

Sílvio Elia

\*\*\*